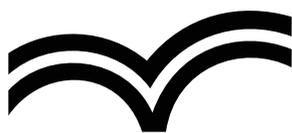


MAIÊUTICA
URBANIDADES



UNIASSELVI

CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito

89084-405 - INDAIAL/SC

www.uniassevi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Urbanidades

UNIASSELVI 2022

Reitor da UNIASSELVI

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial

Prof. Antônio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

Pró-Reitor Operacional de Ensino

Prof. Érico Coelho Ribeiro

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Marcelo Danielski

Luis Augusto Ebert

Edilson Pereira

Naiane Schotero

Editoração e Diagramação

Equipe Produção de Materiais

Revisão Final

Equipe Produção de Materiais

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

A Revista Maiêutica Urbanidades com satisfação, apresenta a você artigos específicos das áreas de arquitetura, urbanismo e também relacionados às cidades inteligentes e sustentáveis. A concepção do conhecimento descrito nestes textos está associada à construção de instrumentos de forma coletiva, propiciando a interação dos atores pedagógicos que integram o nosso processo de ensino-aprendizagem. Estamos passando por uma era em que os avanços tecnológicos são imensuráveis e possuem uma velocidade inatingível. Cada vez mais, as tecnologias substituem o trabalho humano, deixando os processos industriais mais automatizados, mais rápidos e, a longo prazo, mais baratos. Tem-se como resultado da construção destes novos saberes a condição de contribuirmos para momentos de reflexão, de análise crítica, de constatações diante de realidades diversas, fatos ou teorias, processos e formas de gerar conhecimento e conceber projetos, gerando não somente respostas, mas igualmente novas perguntas que poderão nos conduzir a novas investigações. Compreender a relevância da produção destes textos acadêmicos significa reconhecer o papel dos profissionais nas áreas correlatas à revista, com habilidades e competências em suas áreas de atuação, na condição de agentes de transformação da sociedade em que se encontram inseridos. Perceber a realidade do mundo, analisar as diversas perspectivas de condução das ações e atividades de uma comunidade, colaborar para a solução de problemas, propor inovações são iniciativas que têm como fonte a organização e a disposição do conhecimento. Aproprie-se destes conteúdos, saiba mais, construa seu saber.

Seja bem-vindo a um pedaço de nossa história da construção do conhecimento.

Convidamos você a conhecê-la.

Boa leitura!

Prof. Edilson Pereira
Coordenador de Curso



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
ARQUITETURA BRASILEIRA: apontamentos sobre a aplicação da disciplina no curso de arquitetura e urbanismo	
Brazilian architecture: notes about the subject in the architecture and urbanism academic course	
Marcelo Danielski.....	7

ARQUITETURA BRASILEIRA: apontamentos sobre a aplicação da disciplina no curso de arquitetura e urbanismo

Brazilian architecture: notes about the subject in the architecture and urbanism academic course

Marcelo Danielski¹

Resumo: Este trabalho pretende relatar a experiência do docente em sala de aula, socializando aspectos sobre a aplicação da disciplina de Arquitetura Brasileira no curso de Arquitetura e Urbanismo. Sua justificativa reside na importância de relatar como a disciplina é trabalhada com foco em perfil profissional específico, notadamente vinculada aos antecedentes históricos (arquitetura indígena e arquitetura portuguesa); Brasil colonial (núcleos urbanos, engenhos, fortalezas, igrejas, casas térreas e sobrados, e sistemas construtivos); século XIX (neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café, arquitetura de ferro e vidro, ascensão de São Paulo e residências urbanas) e arquitetura moderna e contemporânea (transição dos séculos XIX-XX, arquitetura neocolonial, Art Nouveau, Art Déco, modernismo e contemporâneo, e principais arquitetos e obras), conectando-a com habilidades e competências voltadas à formação de arquitetos e urbanistas. Assim, a produção acadêmica concentrou-se no desenvolvimento de análise crítica textual e de apresentação oral, ambas em grupos. A primeira, sobre o traçado urbano ortogonal (regular, reticulado ou em grelha) e o traçado urbano orgânico (irregular), e a segunda, sobre arquitetos modernistas e contemporâneos e suas principais obras. Baseada na tipologia descritiva, o trabalho aborda procedimentos técnicos de caráter bibliográfico e documental no relato de ações voltadas ao processo de aquisição de conhecimento.

Palavras-chave: Arquitetura indígena. Arquitetura portuguesa. Arquitetura colonial.

ABSTRACT: This work intends to report the classroom experience, socializing aspects about the Brazilian Architecture subject in the Architecture and Urbanism academic course. Its justification is in the importance of conveying how the subject is focused on specific professional profile, notably linked to the historical background (indigenous architecture and portuguese architecture), colonial Brazil (urban cores, mills, fortifications, churches, ground floor and two-story houses, and building systems), 19th century (neoclassicism, eclecticism, coffee farms, iron and glass architecture, rise of São Paulo City and urban dwellings) and modern and contemporary architecture (transition of 19th and 20th centuries, neocolonial architecture, Art Nouveau, Art Deco, modernism and contemporary, and main architects and works), connecting it to abilities and competences which are aimed to the formation of architects and urbanists. Thus, the academic production concentrated in the elaboration of authorial text (critical analysis) and oral presentation, both in groups. First, about regular urban net and organic urban net, and second, about modernist and contemporary architects and their main works. Based on descriptive typology, the work presents technical procedures of bibliographic and documental character to show actions directed to the process of knowledge acquisition.

Keywords: Indigenous architecture. Portuguese architecture. Colonial architecture.

Introdução

O relato a seguir envolve a experiência do docente em sala de aula no segundo semestre de 2019, período em que a disciplina foi ofertada na modalidade presencial. Apesar de englobar o recorte de apenas um semestre, ressalta-se que não cabe ao trabalho coletar e apresentar dados estatísticos, muito menos generalizar resultados, mas socializar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos evidenciados em ementa da disciplina (UNIDANTE, 2019b). Destaca-se que, por ser um relato de caráter descritivo, este trabalho não almeja um estudo profundo e exaustivo sobre metodologia de ensino, não avançando em soluções no processo de ensino-aprendizagem.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIasselvi – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – marcelodanielski@yahoo.com

Com o intuito de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atraente, a disciplina foi trabalhada com foco no perfil profissional, avançando no entendimento da história da arquitetura brasileira, considerando quatro unidades: Antecedentes históricos (arquitetura indígena e arquitetura portuguesa); Brasil colonial (núcleos urbanos, engenhos, fortalezas, igrejas, casas térreas e sobrados, e sistemas construtivos); Século XIX (chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café, arquitetura de ferro e vidro, ascensão de São Paulo, e residências urbanas); Moderno e contemporâneo (transição dos séculos XIX-XX, arquitetura neocolonial, Art Nouveau, Art Déco, Semana de Arte Moderna de 1922, arquitetura moderna e contemporânea e principais arquitetos e obras).

Quanto à aplicação da disciplina, as três unidades foram trabalhadas na primeira metade do semestre (UNIDANTE, 2019a). Na Unidade 1 (antecedentes históricos), foram estudados os principais aspectos relacionados à arquitetura indígena e à arquitetura portuguesa, influenciando na ascensão da arquitetura colonial. Na Unidade 2 (Brasil colonial), foram estudados os principais aspectos relacionados aos núcleos urbanos coloniais, engenhos, arquitetura militar, arquitetura religiosa, arquitetura civil, casas térreas e sobrados coloniais, além de sistemas construtivos coloniais. Na Unidade 3 (século XIX), foram estudados os principais aspectos relacionados à chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, vinda da Missão Artística Francesa, neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café, ascensão de São Paulo, residências urbanas, inovações tecnológicas e infraestrutura urbana, arquitetura de ferro e vidro, transição dos séculos XIX-XX, arquitetura neocolonial, Art Nouveau e Art Déco.

Ainda sobre a aplicação da disciplina, na Unidade 4, trabalhou-se a segunda metade do semestre (UNIDANTE, 2019a). Na Unidade 4, Moderno e contemporâneo, foi estudada a Semana de Arte Moderna de 1922, ascensão do modernismo, primeira casa modernista, sede do Ministério da Educação e Saúde, conjunto da Pampulha, Brasília, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, principais arquitetos modernistas e obras, principais arquitetos contemporâneos e obras, e panorama geral da arquitetura brasileira.

Apesar de envolver aspectos que extrapolam o campo específico da arquitetura e urbanismo, como a chegada da Família Real Portuguesa (em 1808) e a Semana de Arte Moderna (em 1922), pretende-se abordar a sua aplicação de forma específica, relacionando-a com as habilidades e competências voltadas à formação de arquitetos e urbanistas (UNIDANTE, 2019c).

Plano de ensino e metodologia de aula

Ao longo de todo o período da aula, no primeiro encontro, foram explorados o plano de ensino, o cronograma, as avaliações e a frequência, além de informações adicionais sobre a disciplina. Essas informações, além de socializadas e projetadas em sala de aula, foram disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), podendo ser consultadas pelo acadêmico em qualquer momento do semestre.

O plano de ensino foi integralmente trabalhado em sala de aula, sendo explorada a ementa, objetivos, unidades de ensino, justificativa da disciplina, metodologia, avaliação, bibliografia básica e bibliografia complementar (UNIDANTE, 2019b). Ainda, no que se refere ao plano de ensino, destaca-se a metodologia de aula, dividida em três momentos distintos, de acordo com o modelo acadêmico proposto pela instituição: Pré-Aula, Aula, Pós-Aula (UNIDANTE, 2019c).

No momento Pré-Aula, a proposta de atividade orientada é baseada em leitura prévia de conteúdo a ser explorado em sala de aula. No momento Aula, a estratégia utilizada, basicamente, se consolida através de aulas expositivas dialogadas, com o uso de projetor multimídia. No momento Pós-Aula, a proposta de atividade é orientada com base em leitura (releitura e/ou finalização de leitura definida em pré-aula), além da disponibilização de perguntas/ reflexões que orientam o estudo para as avaliações.

Avaliações

Quanto à avaliação, a média semestral é composta por duas avaliações (AV1 e AV2), respeitando a fórmula $(AV1 + AV2) / 2$. A AV1 e a AV2 terão a composição = Trabalho (50%) + Prova (50%). O acadêmico será considerado aprovado se a média semestral for igual ou superior a 6,0 (seis). Caso não atinja a média, o acadêmico irá para a AV3, com a composição = Prova (100%). A AV3 propicia que o acadêmico atinja a média semestral 6,0 (seis), substituindo a nota mais baixa (AV1 ou AV2). O Trabalho é de gerenciamento do professor, enquanto a Prova deve obedecer aos parâmetros estipulados pela instituição. Portanto, o docente pode propor diferentes métodos avaliativos para compor o Trabalho.

No que se refere à disciplina de Arquitetura Brasileira, por opção do docente, foi utilizado o recurso de análise crítica para compor a AV1 e o recurso de apresentação oral para compor a AV2, ambos em grupos, explorando as habilidades inerentes a esta condição (comunicação, liderança, negociar, planejar, raciocinar de forma lógica, crítica e/ou analítica, relacionamento interpessoal, ser criativo, tomar decisão, trabalhar em equipe multidisciplinar) (UNIDANTE, 2019c).

Primeira metade do semestre

Como já comentado, na primeira metade do semestre foram estudados os principais aspectos relacionados à arquitetura indígena (HANS, 1999; MONTEZUMA, 2002) e à arquitetura portuguesa (COSTA *et al.*, 2008; MOUTINHO, 1979), núcleos urbanos coloniais (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007; PEREIRA, 2000; PEREIRA, 2011), engenhos, arquitetura militar (AO REDOR, 1932; AS FORTIFICAÇÕES, 2010; RTP, 2009; VAUBAN, 2008), arquitetura religiosa (CARVALHO *et al.*, 1978), arquitetura civil, casas térreas e sobrados coloniais (REIS FILHO, 1970), sistemas construtivos coloniais (COLIN, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; PAULERT, 2012; SOUZA, 2012), chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro (CARLOTA, 1995; MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011), Missão Artística Francesa, neoclassicismo, ecletismo, fazendas de café (MARQUESE, 2010; NOVAES, 2009), ascensão de São Paulo, residências urbanas no século XIX (REIS FILHO, 1970), inovações tecnológicas e infraestrutura urbana, arquitetura de ferro e vidro (GOMES DA SILVA, 1987), finalizando com panorama da arquitetura brasileira na transição dos séculos XIX-XX (BRUAND, 1997).

Arquitetura indígena

No que se refere à influência dos indígenas, explorou-se a forma e organização de aldeias, destacando as circulares (variações entre o círculo fechado, dois semicírculos ou arco de círculo), as retangulares (com casas dispostas em forma de “U”) e as lineares (paralelas aos cursos d’água, com uma ou duas fileiras de casas) (MONTEZUMA, 2002).

Nas aldeias circulares e retangulares, ou que tendem ao polígono “fechado”, os elementos compositivos que se destacam são a paliçada (muralha em madeira roliça, fincada diretamente no solo), o terreiro (espaço central, a céu aberto, de encontro e atividades) e as casas indígenas (dispostas no perímetro do terreiro), que exploram iluminação e ventilação natural (HANS, 1999).

Sobre a arquitetura das casas, sua tipologia varia a partir da forma da planta baixa: circular, elíptica, semi-elíptica, retangular e poligonal. Concomitantemente à forma da planta, foram explorados os materiais, com estrutura em madeira roliça (esteio, viga, caibro e ripa), cobertura em folhas e fibras vegetais, além de detalhes construtivos. Por não dominar a tecnologia da fundição de metais, os indígenas lidavam com técnicas básicas para construir, utilizando-se de fibras vegetais para unir os elementos estruturais e manter a estabilidade das construções (MONTEZUMA, 2002).

Antes da chegada do colonizador europeu, detalhes construtivos sem a presença de metal (prego, arame, parafuso) era uma constante, apresentando a amarração de elementos estruturais com alto rigor geométrico e estético.

Arquitetura portuguesa

Antes de explorar os principais aspectos da casa portuguesa, é preciso retroceder ao período de dominação muçulmana de Portugal, entre os séculos VIII e XIII, notadamente, em sua parcela centro-sul. Nesse período consolidou-se aquilo que ficou conhecido como cidades luso-muçulmanas (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007), com centro cívico e administrativo em local elevado e fortificado, delimitado por muralhas e baluartes, elemento essencial de defesa até o advento da pólvora como arma de guerra. É nesse local que se localizava o palácio do governante e os edifícios administrativos, militares e jurídicos.

Abaixo do local alto e fortificado, a cidade se esparramava como um polvo e seus tentáculos, evidenciando um crescimento orgânico (adaptação à topografia, princípio de malha orgânica) com ruas espontâneas, estreitas e sinuosas, que projetavam sombras abundantes em becos apertados, labirínticos. As moradias voltavam-se para “dentro”, com poucas janelas conectadas à rua, e grupos de casa fechavam-se, evidenciando a ideia de pequenos bairros com grande densidade (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Tomando como exemplo o núcleo fortificado de Elvas, em Portugal, é perceptível dois tipos de malha viária. Ao norte do núcleo fortificado, há uma hierarquia viária de raiz medieval, condicionada pela topografia irregular, com ruas estreitas e sinuosas, quarteirões irregulares e de dimensões variadas. Ao sul do núcleo fortificado, encontra-se maior regularidade condicionada pela topografia mais plana do terreno (princípio de malha reticulada, ortogonal), quarteirões de menores dimensões e com formato aproximado ao retangular (COSTA *et al.*, 2008).

Em nível do solo, observa-se lotes de dimensões reduzidas, estreitos, com casas definindo o traçado da rua. Casas de um a três pisos, construídas sobre o limite frontal (alinhamento) e o limite lateral (parede cega), sem jardins, sem arborização e sem passeio público. Ainda, sobre as casas, eram definidas com paredes de grande espessura, usualmente caiadas a branco, cobertura em telhado com duas águas, telha capa e canal, e beiral desaguando sobre a rua. A rua existia sempre como um traço de união entre conjuntos de prédios e por eles era definida espacialmente (COSTA *et al.*, 2008; MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007; MOUTINHO, 1979).

São esses dois tipos de malhas viárias, orgânica e ortogonal, aliado à configuração da moradia e sua relação com o lote, que influenciaram a ascensão da arquitetura colonial brasileira.

Arquitetura e núcleos urbanos coloniais

Antes de explorar o período colonial, é importante retroceder aos antecedentes à descoberta do Brasil, lidando com os porquês de Portugal ter tomado a dianteira nas grandes navegações. Os principais motivos foram, ainda no século XIV, a ascensão de Portugal como um dos primeiros Estados Nacionais Independentes da Europa e a fundação da Escola de Sagres pelo infante D. Henrique, o que proporcionou o pioneirismo nas grandes navegações. Resolvido os problemas internos de governança e amparado pelos avanços técnicos em navegação, Portugal estava preparado para avançar além-mar (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Assim, no século XV os portugueses chegaram até as Índias (Rota das Especiarias) e, junto com a Espanha, disputaram a dianteira nas grandes navegações. A luta entre as então superpotências acirrou-se de tal maneira que a Igreja Católica precisou intervir, amenizando os ânimos com Tratado de Tordesilhas, em 1494, e o parcelamento do Novo Mundo.

Com a descoberta do Brasil, em 1500, iniciou-se um tímido processo de colonização com a implantação de feitorias, que eram pontos de chegada para a exploração do pau-brasil, relativo ao 1º ciclo econômico brasileiro, o ciclo extrativista, que esteve em alta até o final do século XVI.

Além de ponto de chegada, as feitorias consolidaram-se como ponto de troca de pau-brasil com os indígenas, adaptando os portugueses à cultura indígena. Essas feitorias eram assentamentos com poucas edificações, construídas em madeira e palha, para poucos homens, e inicialmente protegidas por paliçadas (muralhas defensivas de madeira, como em assentamentos indígenas), com finalidade de posse, defesa e apoio para as expedições. Essa tática de ocupação acabou não prosperando, já que entre 1500 e 1530 cerca de 10 (dez) feitorias foram implantadas entre Pernambuco e São Vicente (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Após esse período, sabendo que com feitorias e povoamentos isolados seria complicado explorar o Brasil, a Coroa Portuguesa partiu para a implantação das Capitânicas Hereditárias, em 1534, já utilizadas em outras colônias. Assim, delegando a ocupação aos donatários, Portugal resolveu não investir no Brasil. Os donatários recebiam a posse imediata da terra, com possibilidade de transmiti-la a seus filhos, e assumiam sua exploração, dificultando o contrabando de pau-brasil pelos franceses. Em contrapartida, enviavam impostos a Portugal. Dentre os direitos dos donatários, estava a fundação de vilas e a construção de engenhos, notadamente em latifúndios voltados à exportação de cana de açúcar.

Com a ascensão das capitânicas hereditárias, as feitorias começaram a ser substituídas por vilas e cidades, configuradas a partir de dois tipos de malha viária: malha reticulada (ortogonal), como o exemplo de Mogi Mirim, e malha orgânica, como o exemplo de Olinda. Dentro desse contexto, homens comuns poderiam requerer a criação de vilas, bastando ao rei reconhecê-la. Assim, a primeira vila fundada no Brasil foi São Vicente, em 1532. Agora, de acordo com a tradição ibérica, apenas o rei poderia criar cidades, com estatuto jurídico superior à vila. A presença de juiz na cidade, nomeado pelo rei, era um exemplo de marco que definia este estatuto jurídico superior. Assim, a primeira cidade fundada no Brasil foi Salvador, em 1549 (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Registros que chegaram até a atualidade, como do início do século XVII, representam São Vicente com paliçada (muralha em madeira, de influência indígena) e edificações dispostas no entorno de um “terreiro”, com destaque para a igreja. Assim, a definição de uma vila permitia a implantação de Igreja, Casa de Câmara e Cadeia, Praça e Pelourinho, este último um marco em pedra que simbolizava a fundação da vila, a emancipação político-administrativa do assentamento perante a Coroa Portuguesa. Por ter sido fundada em terreno plano, vias retas que se cruzavam perpendicularmente (malha reticulada/ortogonal) já era observado nesse registro.

Como já comentado, a primeira cidade brasileira foi Salvador, fundada em 1549. Dentre suas distinções, foi o primeiro núcleo urbano com fórum, apresentando estatuto jurídico superior a uma vila. Foi implantada segundo o princípio de cidade fortaleza, considerando o estudo do sítio e de defesa contra o ataque dos inimigos, adaptando-a à topografia acidentada. No platô (parte mais alta e plana) foi utilizada a malha ortogonal, enquanto entre o mar e o platô foi utilizada a malha orgânica. A partir do século XVII a cidade extrapola os limites da muralha, descendo em direção ao porto. Com a ascensão das armas de fogo (pólvora), as muralhas perderam sua importância e começaram a ser substituídas por fortalezas, que com as técnicas de guerra (fogo cruzado) possibilitava maior proteção contra o ataque de inimigos (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

De concepção antagônica à vila de São Vicente, a vila de Olinda foi fundada ainda no século XVI e em terreno acidentado à beira mar. Em registro do século XVII, Olinda evidencia arruamento que se adaptava às curvas do nível do terreno, configurando quadras de formato

irregular (malha orgânica). As edificações eram dispostas em terrenos de pouca frente e grande profundidade, gerando uma ocupação sem recuo frontal (alinhamento) e sem recuos laterais (parede cega), com quintal que gerava, pela adição de terrenos lindeiros, um grande vazio em meio de quadra. Nesse mesmo registro do século XVII, observa-se a importância das ordens religiosas no processo de colonização do Brasil, já que as edificações das ordens mais representativas – jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos – eram observadas em Olinda (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

A partir de meados/final do século XVI, ascende o 2º ciclo econômico brasileiro, o ciclo açucareiro, que esteve em alta até o final do século XVII. Dentro desse contexto, é importante explorar a ascensão do Nordeste, principalmente de Pernambuco e Bahia, com a presença marcante de engenhos monocultores açucareiros, latifúndios voltados à exportação. Além do Nordeste, o entorno da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, também foi uma área caracterizada pela presença destes engenhos. Foi com os engenhos que se iniciou um tímido, mas ascendente, processo de ocupação de características rurais, afastando-se da linha da beira mar e avançando na “ruralização” do Brasil (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Estes latifúndios eram compostos por diversas edificações, dentre elas a casa grande (casa senhorial), a senzala (alojamento de escravos), a capela (igreja) e o engenho em si (local de transformação da cana de açúcar), que nomeava todo o complexo arquitetônico. Sobre os engenhos monocultores açucareiros, duas tipologias se destacavam: com edificações isoladas (século XVII) e com edificações interligadas (século XVIII). Estas tipologias são observadas em pinturas de artistas franceses e holandeses, que deixaram registros sobre os engenhos desta época (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Sobre engenhos do século XVII, casa grande e capela, isoladas, ficavam na parte mais alta do terreno, enquanto senzala e engenho eram dispostos no entorno de um “terreiro”, na parte mais baixa do terreno. Era da varanda da casa grande, na parte mais alta do terreno, que o senhor de terras tomava conta de sua propriedade.

Sobre os engenhos do século XVIII, casa grande e capela tendiam a formar um único bloco, usualmente conectadas pela varanda, e a localização na parte mais alta do terreno começava a perder importância.

Quanto aos cômodos, a cozinha possuía grandes dimensões e geralmente era conectada ao quintal, com pequena plantação e criação de animais para consumo imediato.

A senzala era o local de alojamento de escravos, dividindo-se em senzala de trabalho (externa, voltada ao terreiro) e senzala doméstica (dentro da casa grande).

O engenho era praticamente um telheiro, voltado à transformação da cana de açúcar, em que o caldo era separado do bagaço através de um sistema de engrenagens, com força motriz de origem humana, animal ou água (roda d’água). Após, o caldo era encaminhado para o cozimento até se transformar em pasta base de cana de açúcar, sendo exportada para refinamento na Europa.

Após a expulsão dos holandeses, em meados do século XVII, que se estabeleceram no Caribe e tornaram-se rivais na produção açucareira, o ciclo econômico do açúcar começou a entrar em decadência. Com a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais, no final do século XVII, ascende o 3º ciclo econômico brasileiro, o ciclo do ouro. Com a mudança do centro econômico para o Minas Gerais tem-se, concomitantemente, a ascensão de São Paulo e Rio de Janeiro, este último com os principais portos de envio de metais preciosos à Europa (Paraty e Rio de Janeiro).

Com o ciclo do ouro, ocorre a ascensão do engenho policultor sudestino que, diferentemente do nordestino, priorizava o abastecimento do mercado interno. Apresentava um conjunto mais compacto que o do Nordeste, com diversas edificações em único bloco (corpo), entre elas a casa grande, a senzala (com poucos escravos), a capela (dentro da casa grande) e o engenho (a

cana de açúcar não era prioridade), ou seja, trabalhar, geralmente no térreo, e morar, geralmente no piso superior, em único corpo. Esta configuração viria a influenciar, no século XIX, as sedes das fazendas produtoras de café (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Outro importante núcleo urbano colonial foi o Rio de Janeiro, fundado na entrada da Baía da Guanabara, em 1565. Com a expulsão de colonos franceses, estabelecidos no interior da baía, este núcleo foi transferido para as proximidades do Morro do Castelo. Assim como, no caso de Salvador, houve uma mescla dos preceitos da malha orgânica, no Morro do Castelo, com a malha ortogonal, em área plana adjacente. O Morro do Castelo, com presença de Colégio dos Jesuítas, foi um dos vértices de um quadrilátero imaginário que definiu os limites do Rio de Janeiro até o início do século XIX, quando da chegada da Família Real Portuguesa. Os outros três vértices são o Morro do Convento de Santo Antônio (franciscanos), o Morro da Conceição e o Morro de São Bento (beneditinos).

Com a chegada da Família Real, em 1808, o Rio de Janeiro extrapolou os limites desse quadrilátero imaginário, sofrendo sucessivos aterros e desmontes de morros, como do próprio Morro do Castelo, com todo seu aparato histórico, e de parte do Morro do Convento de Santo Antônio, para supostas melhorias de mobilidade e de conexão com a zona sul da cidade.

Importante destacar as transformações ocorridas no entorno do Paço Imperial, hoje Praça XV de Novembro, atualmente afastada da linha da beira mar devido aos sucessivos aterros e melhorias na zona portuária. Após o desmonte do Morro do Castelo, na década de 1920, esta área sofreu intenso processo de verticalização, que aliado à implantação do Elevado da Perimetral, nas décadas de 1950 e 1960, praticamente descaracterizou as marcas do passado. Entretanto, com as reformas urbanas propostas para a zona portuária, na década de 2010, fruto da preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, foi devolvida à vista para a Baía da Guanabara, até então encoberta pela pista e pilares da via elevada.

O Recife foi outro importante núcleo urbano colonial, que ascendeu como porto alternativo ao porto da outrora dominante Olinda. Em sítio plano, protegido por arrecifes e na foz dos rios Beberibe e Capibaribe, Recife cresceu em importância quando os holandeses tomaram Pernambuco, alcançando o monopólio açucareiro (produção, comércio e refino).

Diante do plano de cidade fortaleza proposto pelos holandeses, conhecida por Mauritiópolis, com muros, baluartes e fortificações, praticamente nada foi executado. Porém, marcas do embelezamento da cidade continuam presentes na atual paisagem de Recife, com pontes, palácios, áreas verdes, pomares, canais e elementos de drenagem/navegação (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Com a expulsão dos holandeses, em meados do século XVII, e o declínio do ciclo econômico da cana de açúcar, a Coroa Portuguesa reavivou a busca por metais preciosos, encontrando-os em Minas Gerais, no final do século XVII. Com o 3º ciclo econômico, o ciclo do ouro, ascendem os núcleos urbanos em Minas Gerais, além de Paraty e Rio de Janeiro, com seus portos escoadouros de metais preciosos.

Sobre Paraty, fundada no século XVII, vale destacar sua malha reticulada levemente “entortada”, como um leque, com as seguintes hipóteses para este traçado: vias que acompanham a trajetória do sol e/ou direção dos ventos dominantes mais frescos; vias entortadas como tática de defesa; e vias entortadas para retirada dos ventos dominantes, minimizando problemas de saúde, como resfriados. Independentemente da razão do traçado, o caso de Paraty evidencia a habilidade do colonizador em lidar com condicionantes pré-existentes, especialmente de origem físico-natural (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007)

Sobre Minas Gerais, especialmente no século XVIII, é importante evidenciar que a configuração dos núcleos urbanos tem relação com o modo de extração dos metais preciosos, principalmente o ouro. A extração do ouro de lavagem gerava povoamentos espontâneos, móveis e

com edificações precárias, que acompanhavam o deslocamento dos garimpeiros ao longo dos cursos d'água. Com o esgotamento dessas jazidas, foram exigidas técnicas mais avançadas para a exploração do ouro em minas, gerando povoamentos fixos e com edificações mais duradouras.

Vale destacar que a configuração dos povoamentos do ciclo do ouro seguia o modelo de tradição medieval, mas com ocupação de “baixo para cima”, a partir dos cursos d'água e fundos de vale, onde ocorria a extração de metais preciosos. Enquanto o modelo medieval europeu evidenciava uma ocupação de “cima para baixo”, a partir da parte mais alta e protegida do terreno, o modelo medieval mineiro evidenciava uma ocupação de “baixo para cima”, com os povoamentos próximos aos locais de extração de ouro. Dentro desse contexto é que foi fundada Vila Rica, atual Ouro Preto, quando da unificação de três comunidades auríferas (arraiais), cada qual na proximidade de um curso d'água (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007; PEREIRA, 2000; PEREIRA, 2011).

Ainda sobre Minas Gerais, vale refletir como a escolha do sítio interferiu na configuração do núcleo urbano. Enquanto em Ouro Preto prevaleceu a configuração dispersa, com a mancha urbana avançando a partir dos fundos de vale, em Mariana prevaleceu a configuração compacta, com a mancha urbana concentrada em área mais plana. Assim, enquanto em sítio de topografia acidentada foi adotado o traçado orgânico (malha orgânica), em sítio de topografia plana foi adotado o traçado regulador (malha ortogonal) (PEREIRA, 2011).

Arquitetura militar

A partir da instalação da sede do Governo Geral da Colônia em Salvador, os assentamentos passaram a ser fortificados e com edificações construídas dentro da técnica de guerra: fortalezas, fortes, fortins, baterias e redutos de defesa.

Nesse contexto, destacaram-se dois momentos da arquitetura militar no Brasil. Nos séculos XVI e XVII, quase todos os assentamentos e edificações fortificadas estavam situadas no litoral. Já no século XVIII, ascenderam as fortificações no interior, garantindo as novas fronteiras conquistadas pelos portugueses, além dos limites estipulados no Tratado de Tordesilhas (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Assim, a localização das fortificações era definida pelas características do sítio arquitetônico, pela localização de outras fortificações nas proximidades e pelas novas técnicas bélicas, baseadas no uso da pólvora e do canhão. Vale destacar a inspiração na obra do engenheiro militar francês Vauban que, a partir de meados do século XVII, influenciaram as fortificações brasileiras (VAUBAN, 2008).

Além da localização, as formas das fortificações eram definidas pelas técnicas de artilharia, notadamente projetadas por engenheiros militares. Em um primeiro momento, quando da construção das primeiras fortificações, o material construtivo dominante era a taipa (taipa de pilão), sendo substituído pela pedra ao longo do tempo.

Nos séculos XVI e XVII, a maior concentração de fortificações ocorreu no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Já no século XVIII, constituiu-se a cidade fortificada de Colônia do Sacramento (única possessão portuguesa na Foz do Rio do Prata, atualmente no Uruguai), fortificações na Amazônia e na Ilha de Santa Catarina (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Vídeo da primeira metade do semestre

Como modo de refletir sobre a arquitetura militar, notadamente sobre a preservação do patrimônio construído, trabalhou-se com três vídeos em sala de aula.

Em trecho do filme *Ao Redor do Brasil*, de 1932, de cerca de cinco minutos, foram exploradas imagens do Forte Príncipe da Beira, localizado em Rondônia, na fronteira com a Bolívia, quando da sua redescoberta pelos militares na década de 1910.

Quanto ao vídeo *As Maravilhas de Portugal no Mundo: Colônia do Sacramento* (RTP, 2009), de cerca de 10 minutos, foi explorado o núcleo fortificado da única possessão portuguesa na Foz do Rio do Prata, então dominada pelos espanhóis, e hoje pertencente ao Uruguai.

Finalizando, avançou-se com o vídeo *As Fortificações da Ilha de Santa Catarina*, de 2010, com cerca de 22 minutos, que explora um dos complexos militares mais importantes já construídos no Brasil.

Trabalho 1

O trabalho 1, desenvolvido em ambiente presencial (sala de aula), referiu-se à análise crítica envolvendo conceitos estudados até o momento desta avaliação. Os acadêmicos, reunidos em grupos e desenvolvendo a capacidade de análise crítica, desenvolveram o texto a partir do seguinte contexto:

Verificando o histórico de organização do espaço urbano, constatou-se que Portugal adotou dois modelos que, posteriormente, foram considerados na gênese da maioria dos núcleos urbanos brasileiros, gerando dois tipos de malhas: orgânica e ortogonal. A partir dos exemplos dos centros históricos de Olinda (PE) e Mariana (MG) e do texto de leitura obrigatória (disponibilizado previamente), indica-se que seja analisada criticamente estes dois tipos de malhas, fazendo um paralelo com as funções urbanas na atualidade (habitar, circular, trabalhar, recrear).

Neste paralelo, indica-se considerar aspectos relacionados ao traçado das vias, formato das quadras, ângulos dos cruzamentos/esquinas, geometria dos lotes, ocupação das edificações nos lotes, mobilidade urbana (circulação de pessoas, veículos e mercadorias), paisagem urbana/marcos visuais, topografia, espaços públicos/ praças, infraestrutura urbana (rede de água, esgoto, energia, comunicação etc.) e outros que a equipe achar conveniente para a análise crítica. Quanto mais aspectos a equipe abordar em resposta, maior tende a ser a nota da avaliação.

Nesta avaliação, o importante para o docente é a capacidade de argumentação de cada equipe, em resposta de cunho autoral com, no mínimo, uma página de texto. Esta avaliação gerou discussão entre os integrantes, principalmente no que se refere ao paralelo com as funções urbanas da atualidade, exercitando habilidades importantes para a formação profissional do arquiteto, especialmente o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe.

Arquitetura religiosa

Sobre arquitetura religiosa, é importante evidenciar que a política de ocupação do Brasil teve a participação decisiva da Igreja Católica, configurando três fases distintas. Essas fases foram caracterizadas pela presença das ordens religiosas, notadamente dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, no litoral (séculos XVI e XVII) e no interior (século XVIII) (CARVALHO *et al.*, 1978; MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

A 1ª fase, vinculada aos séculos XVI e XVII, foi marcada pela implantação de colégios dos jesuítas. A 2ª fase, vinculada ao século XVII e início do século XVIII, foi marcada pela implantação de conventos pelos franciscanos e carmelitas e de mosteiros pelos beneditinos. Ambas as fases estão amarradas à ocupação do litoral brasileiro. Já a 3ª fase, vinculada ao século XVIII e à ocupação do interior brasileiro, foi marcada pela implantação de capelas e igrejas isoladas pelas ordens laicas (leigos), configurando irmandades e confrarias, e pelas chamadas terceiras ordens.

Sobre a 1ª fase, deve-se destacar que os jesuítas foram patrocinados pela Coroa Portuguesa para participarem da colonização. Vários núcleos urbanos foram consolidados a partir de colégios dos jesuítas, responsáveis pela evangelização e alfabetização em solo brasileiro. O colégio era um complexo religioso, configurado por igreja, escola, alojamento do padre,

enfermaria, dentre outros cômodos. A igreja era a edificação dominante, usualmente com torre sineira, localizada em uma das extremidades do pátio interno. Os outros cômodos eram dispostos ao redor deste pátio.

Formado por construções simples, despojadas e com acessos reduzidos, a fachada principal era configurada em único plano, destacando-se a igreja e a torre sineira, com elementos simplificados de inspiração clássica (frontão e molduras/cornijas). O interior da igreja também era simples, em salão único, com paredes e teto usualmente caiados. A exceção era o altar, com maior ornamentação em madeira.

Sobre a 2ª fase, marcada pelos conventos e mosteiros, vale destacar que eram conjuntos formados por programas arquitetônicos mais complexos. Enquanto os conventos (franciscanos e carmelitas) eram implantados dentro dos núcleos urbanos, evidenciando um maior contato com a vida mundana, os mosteiros (beneditinos) eram implantados fora dos núcleos urbanos, evidenciando isolamento e reclusão, de acordo com a regra monástica (oração, estudo e trabalho).

Além disso, os colégios jesuítas continuavam crescendo em número, dimensão e importância, como pode ser observado no Colégio Jesuíta de Salvador. O partido arquitetônico desse exemplar influenciou a proposta de outras igrejas, inclusive de outras ordens religiosas. Composto por cinco módulos verticais, as extremidades (módulos um e cinco) foram definidas por torres sineiras, enquanto o eixo de simetria (módulo três) foi coroado com frontão, ficando os restantes (módulos dois e quatro) coroados por volutas ou espirais.

Nesta fase, o interior das igrejas tornou-se mais elaborado, com corredores nas laterais da nave e a presença de altar principal e altares laterais. Paredes e teto, antes caiados e desprovidos de ornamentação, passaram a apresentar o repertório barroco do século XVII, com paredes trabalhadas em madeira (talha) e forro com pinturas sacras, devidamente delimitadas por caixotes (molduras em madeira).

Ainda sobre os jesuítas, vale destacar sua presença no sul do Brasil, na região dos Sete Povos das Missões, com a configuração de núcleos urbanos (reduções) representativos, como o de São Miguel das Missões (RS), posteriormente destruído e do qual apenas a igreja encontra-se em ruínas.

Sobre os conventos franciscanos, ressalta-se que o partido adotado na maioria das igrejas era o de torre única, levemente recuada em relação à fachada principal. Um adro, espaço aberto em frente à igreja, destacava o acesso à igreja, geralmente com planta em nave única e mais alongada se comparada a outras ordens religiosas, como pode ser observado no Convento Franciscano de João Pessoa (PB).

Quanto aos conventos carmelitas, em um primeiro momento as fachadas e interiores das igrejas eram simples e despojados, com pouca ornamentação, posteriormente apresentando elementos representativos do barroco, como no Convento do Carmo, em Recife (PE). Em ambos os conventos, a edificação dominante era a igreja, localizada em uma das extremidades do pátio interno, que articulava a disposição dos cômodos desses complexos arquitetônicos.

No que se refere aos mosteiros beneditinos, a articulação dos cômodos também passava pelo destaque da igreja, em uma das extremidades do pátio interno, configurando o claustro. De um exterior simples e austero a um interior com a explosão de elementos do barroco, o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro (RJ), é um dos exemplares mais significativos do Brasil.

Sobre a 3ª fase, produto da riqueza imediata do ciclo do ouro em Minas Gerais, baseada na opulência e ostentação de origem europeia, foi marcada por mudanças rápidas de tipologia edilícia. A evolução dos edifícios religiosos mineiros, ao longo do século XVIII, foi definida em quatro tipologias dominantes (CARVALHO *et al.*, 1978; MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

A primeira tipologia foi definida por edifícios de pequenas dimensões, com única nave, sem torres sineiras e sem ornamentação.

A segunda tipologia apresenta planta definida por linhas ortogonais, mais alongada, com a presença de corredores nas laterais da nave, além de altar mais elaborado. As torres sineiras, quadradas ou retangulares em planta, aparecem alinhadas com o restante da fachada, evidenciando uma composição em único plano frontal, com ornamentação baseada no uso de molduras (cornijas) em arestas e delimitação de aberturas.

Já a terceira tipologia apresenta as torres sineiras com formatos irregulares em planta, tendendo à elipse, levemente recuadas em relação ao plano principal da fachada, e com intensa ornamentação no frontão, notadamente com a presença de volutas (espirais) e elementos escultóricos.

A quarta tipologia é definida pela presença da linha sinuosa, tanto em nível horizontal, tendendo à elipse em planta, como em nível vertical, evidenciando uma composição ondulante no frontão e em fachada.

Ainda sobre as capelas/igrejas de confrarias, irmandades e terceiras ordens, a planta típica é determinada pela presença do consistório, espécie de sala de reunião localizada em piso superior, atrás do altar, em que os leigos se encontravam para as atividades religiosas.

Em termos de conjunto edificado religioso, vale destacar o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas (MG), construído a partir da segunda metade do século XVIII. Constituído por igreja, adro murado e escadaria externa monumental, decorada com estátuas em pedra sabão dos 12 profetas, possui capelas dispostas no aclave frontal à igreja, demonstrando a Via Crucis de Jesus Cristo. O santuário é considerado uma das obras-primas de Francisco Antônio Lisboa, o Aleijadinho, e um dos ápices do barroco no Brasil (CARVALHO *et al.*, 1978; MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007).

Arquitetura civil

Sobre arquitetura civil, vale destacar as principais características das casas térreas e dos sobrados urbanos coloniais. A configuração básica engloba terrenos retangulares, estreitos e profundos, com as próprias edificações definindo o traçado das vias; vias sem passeio público (calçada); edificações no alinhamento (sem recuo frontal); edificações sem recuos laterais (uso de parede cega); quintal no fundo do terreno (plantação e/ou criação de animais); unidade visual entre as edificações (noção de fachada contínua); edificações em taipa de pilão; paredes com grande espessura; telhados mais inclinados, de maior altura e em duas águas; com longos beirais e telhas do tipo capa-e-canal, que deságuam na rua e fundo de terreno (COLIN, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; REIS FILHO, 1970).

Sobre a técnica construtiva da taipa de pilão, utilizava-se mão de obra numerosa, dependendo de clima não chuvoso para a execução, paredes espessas (maior de 60 cm), aberturas devendo ser previamente demarcadas e necessidade de longos beirais, desaguando longe das paredes.

No que se refere especificamente às casas térreas coloniais, eram consideradas moradias menos sofisticadas; usualmente com porta e duas janelas voltadas para a rua; aberturas com fechamento em madeira; piso em chão batido; madeiramento do telhado aparente (sem forro); setorização bem definida (social, íntima e de serviço); salas na parte frontal e posterior; alcovas (quartos sem janela) na parte intermediária; cozinha e depósito na parte posterior da casa.

Quanto à configuração básica dos sobrados, eram consideradas moradias mais sofisticadas; com soalho em madeira (piso superior); madeiramento do telhado oculto (com forro); balcão em ferro fundido ou do tipo muxarabi (fechamento com treliça de madeira); aberturas com fechamento em madeira (uso do vidro ascendeu posteriormente); setorização bem definida (comércio/ alojamento de escravos/ abrigo de animais no térreo, moradia no piso superior); com mesma configuração da casa térrea (salas na parte frontal e posterior, alcovas na parte intermediária, cozinha e depósito na parte posterior) (COLIN, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; PAULERT, 2012; REIS FILHO, 1970; SOUZA, 2012).

A chegada da Família Real Portuguesa e o Neoclassicismo

Antes de avançar no século XIX, é preciso contextualizar as grandes transformações ocorridas na Europa durante o século XVIII. Foi neste século que ascendeu o Iluminismo (movimento cultural em que a razão deveria reformar a sociedade, rompendo com os valores medievais), intensificou-se a crítica ao Absolutismo (fim dos privilégios por sangue/ hereditariedade), almejou-se a tripartição do poder (executivo, legislativo e judiciário) e o interesse pelo voto (todo poder emana do povo), culminando com o Liberalismo (liberdade do indivíduo na política, religião, intelectual, livre iniciativa, economia), com a Revolução Industrial (a partir de 1760, com a Inglaterra como a principal potência no final do século XVIII/ século XIX) e com a Revolução Francesa (em 1789, baseada em princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, com a chegada da burguesia ao poder) (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

Assim, com a burguesia na governança, ascendeu a figura de Napoleão Bonaparte como seu legítimo representante. Em busca de novos mercados para a burguesia francesa, ocorreu aquilo que ficou definido como Guerras Napoleônicas, em que foi decretado o Bloqueio Continental contra a Inglaterra (1806), em que Napoleão pretendia acabar com a supremacia econômica inglesa. A Família Real de Portugal, cautelosa em participar do Bloqueio Continental e submeter-se à França, “fugiu” às pressas para o Brasil, com escolta da Inglaterra (1807).

A Família Real Portuguesa desembarcou em Salvador (BA) em janeiro de 1808, chegando ao Rio de Janeiro em março de 1808. Com Portugal nas mãos de Napoleão, a Família Real permitiu a criação de indústrias no Brasil e decretou a abertura dos portos para as Nações Amigas, notadamente a Inglaterra. Pouco tempo depois, houve a assinatura de Tratados de Comércio e Amizade entre Portugal e Inglaterra (1810), beneficiando a entrada de produtos ingleses no Brasil. Assim, diante das circunstâncias, estava decretado o fim do Pacto Colonial.

O desembarque no Rio de Janeiro ocorreu no Largo do Paço, atual Praça XV de Novembro. Com a chegada da Família Real, economia e atividades urbanas explodiram com a implantação da Imprensa Régia, Biblioteca Real, Banco de Brasil, Museu Real, Hospital Militar, Jardim Botânico, Fábrica de Pólvora e Academia Militar. Este período também foi marcado pela vinda da Missão Artística Francesa (1816), culminando com a fundação da Academia de Belas Artes (1826) (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

O próprio D. João promoveu grande impacto quando se mudou para a Chácara da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro. Carlota Joaquina, sua esposa, foi morar em chácara na zona sul. Assim, o casal governante agiu como indutores de crescimento do Rio de Janeiro, extrapolando o quadrilátero imaginário que delimitava o núcleo urbano desde o século XVI.

Vale destacar as modificações que ocorreram na Chácara da Quinta da Boa Vista durante o século XIX, transformando-se em Paço Real de São Cristóvão, com estética neoclássica (uso de frontão, molduras/ cornijas e colunas).

Sobre a Missão Artística Francesa, foi formada por artistas e estudiosos que, sentindo-se desprestigiados na França, foram contratados por D. João para continuar exercendo suas profissões no Brasil. Dentre eles, Debret, Taunay, os irmãos Ferrez e Montigny. Foram estes artistas que registraram a rotina da Família Real Portuguesa, a efervescência cultural e a pluralidade étnica do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro.

Destaque para Debret que, apesar de não ser arquiteto, registrou em tela verdadeiras preciosidades arquitetônicas, como o antigo casario colonial e a vida urbana ao ar livre, com as edificações como pano de fundo. Algumas de suas pinturas registraram, mesmo sem intenção, a decadência do uso de treliças de madeira e tábuas corridas no fechamento de janelas do tipo abrir e a ascensão do uso de vidro miúdo e de caixilharia de ferro fundido no fechamento de janelas do tipo guilhotina, ao longo do século XIX (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

Montigny também teve papel relevante na ascensão da arquitetura no Brasil, já que foi de sua autoria o projeto da Academia de Belas Artes, também baseada nos preceitos do Neoclassicismo, onde se iniciou o ensino regular de arquitetura em território brasileiro.

Assim, os agentes catalisadores para a ascensão do Neoclassicismo no Brasil estão relacionados à chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro (1808), que trouxe a estética dominante dos palácios portugueses, e à vinda da Missão Artística Francesa (1816), com arquitetos que eram criticados em solo europeu, mas encontraram mercado de trabalho no Brasil.

Dentro desse contexto, as novas edificações, com novos programas arquitetônicos (escolas, hospitais, teatros etc.), notadamente de uso institucional, coletivo/público e moradias da elite (nobreza), deveriam inspirar dignidade, imponência e austeridade, qualidades que foram incorporadas com o uso do repertório clássico (frontão, molduras/ cornijas e colunas).

Assim, as quatro variantes da composição neoclássica no Brasil foram a do pórtico em destaque (elevado), pórtico alinhado à fachada, pórtico avançado e templo (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

Com pórtico em destaque, tem-se o exemplo da Casa do Barão da Lagoa (atual Casa Museu Rui Barbosa), no Rio de Janeiro, de meados do século XIX. Com pórtico alinhado, o exemplo é a Casa da Marquesa de Santos, da década de 1820. Já com pórtico avançado, o exemplo é o Palácio Imperial (atual Museu Imperial), em Petrópolis (RJ), de meados do século XIX. E, como templo, destaca-se a Igreja da Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro, também de meados do século XIX, em momento anterior à implantação da torre sineira.

Fazendas de café

Com o esgotamento das jazidas de ouro, no final do século XVIII, ascende o 4º ciclo econômico brasileiro, o ciclo do café, em região entre o litoral e a rota para Minas Gerais. A concentração das plantações no Vale do Rio Paraíba do Sul, região entre São Paulo e Rio de Janeiro, em meados do século XIX, proporcionou a ascensão imediata dos barões do café. Assim, a nobreza oriunda da prosperidade do café edificou moradias que representasse seu poderio econômico, tanto no meio rural, em sedes de fazendas, quanto no meio urbano, em palacetes.

Sobre as fazendas de café, é nítida a influência do engenho policultor sudestino, que prosperou entre o Rio de Janeiro e São Paulo durante o ciclo do ouro. As edificações eram dispostas em quadras, em torno de grande pátio para lavagem e secagem dos grãos, em único plano, como pode ser observado em registros da Fazenda Bom Retiro, da década de 1880. Casa-grande (sede), com 1 ou 2 pavimentos, capela (geralmente incorporada à casa-grande), senzala, casa dos capatazes, depósitos, local de beneficiamento do grão (descascamento, separação, torragem) eram dispostos no perímetro desse grande pátio (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011; NOVAES, 2009),

Vale destacar que algumas fazendas tinham edificações com mais luxo e conforto do que em núcleos urbanos mais próximos ao litoral. Em um primeiro momento, a casa-grande foi configurada com varanda. Em um segundo momento, novas edificações foram construídas sem varandas ou as antigas foram fechadas, notadamente com vidro miúdo, como pode ser observado na Fazenda Resgate, em Bananal (SP). No piso superior, vinculado à moradia, é possível observar janelas guilhotina com vidro miúdo, enquanto no térreo, vinculado ao trabalho, ainda persistem as janelas de abrir com fechamento em madeira, herança dos engenhos coloniais. Ressalta-se o interior desse exemplar, com influência europeia no mobiliário e modo de viver (MARQUESE, 2010; MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

Ecletismo

Enquanto no Neoclassicismo existia a preocupação em se respeitar as ordens clássicas, reproduzindo as proporções e métodos compositivos, no Ecletismo o valor dominante era a combinação de estilos diferentes em uma obra, propiciando mais liberdade e invenção quanto ao método projetual e à utilização de elementos decorativos. Em outras palavras, liberdade em termos compositivos (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

O Ecletismo ascendeu como uma resposta aos valores da Revolução Industrial na Europa. A demanda por novidades, novos materiais, novas tecnologias, novos gostos e modismos, possibilitou a reprodução de elementos arquitetônicos em escala industrial, antes só acessíveis às classes mais abastadas. Assim, com produção em larga escala, a arquitetura também virou bem de consumo no século XIX.

Estes valores chegaram até o Brasil com a vinda dos imigrantes, a partir de meados do século XIX. Um exemplar vinculado ao Ecletismo é a Alfândega de Manaus (AM), da primeira década do século XX, que possui elementos medievais e renascentistas em sua composição. O coroamento com platibanda de altura variável (dentes) faz alusão às fortalezas medievais, enquanto a tripartição da edificação (base, corpo e coroamento) lembra os palácios renascentistas. Além disso, a torre do farol, localizada ao lado da alfândega, faz alusão às torres das municipalidades italianas do fim da idade média, como a da *Piazza del Campo*, em Siena, Itália (BRUAND, 1997; MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

Residências urbanas no século XIX

Até o início do século XIX, mantinha-se a relação habitação versus lote urbano de tradição colonial, com a edificação no alinhamento, sem afastamentos laterais (uso de parede cega) e com entrada frontal. As paredes eram grossas, construídas com a técnica da taipa de pilão, os dormitórios (alcovas) e corredores não possuíam iluminação e ventilação direta, os telhados eram elementares e os sobrados possuíam balcão em ferro fundido.

Com as primeiras décadas do século XIX, observou-se o abandono das soluções coloniais. Platibandas passaram a substituir os beirais coloniais, com uso de calhas e condutores pluviais em metal. Telhados de quatro águas, mais complexos e de menor altura, passaram a substituir os telhados de duas águas, mais simples e de maior altura. O vidro, anteriormente utilizado em edificações mais abastadas, começou a substituir a madeira no fechamento de janelas e bandeiras de portas. Antes inexistente, a ornamentação em fachadas e platibandas passou a ser frequente (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

Foi também nas primeiras décadas do século XIX que se observou a ascensão da casa de porão alto. Apesar de manter a relação entre habitação e lote urbano, de tradição colonial, o surgimento de óculos (pequenas aberturas próximas ao passeio) e escada (com poucos degraus) possibilitou maior privacidade aos usuários da sala frontal, antes no mesmo nível da rua (REIS FILHO, 1970).

A partir de meados do século XIX, com a decadência do trabalho escravo, intensificação da imigração, introdução de novos hábitos e costumes europeus, ascensão do trabalho assalariado, aperfeiçoamento técnico para construir; importação de equipamentos e materiais, melhorias de transporte e evolução nos equipamentos urbanos (água, esgoto, eletricidade, iluminação pública, transporte coletivo, comunicação etc.), começou a ocorrer um desprestígio dos velhos hábitos de construir e habitar.

Com a incorporação de instalações hidráulicas, por exemplo, que proporcionou higiene e saneamento nas edificações, o banheiro foi incorporado ao corpo da casa no final do século XIX. Isso fez com que alguns códigos de posturas municipais fossem alterados para comportar as novas condições de habitação (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011; REIS FILHO, 1970).

Dentro desse contexto, observou-se a ascensão de uma nova relação entre a habitação e o lote, de um novo modelo de implantação, diferente da solução colonial. Apesar da habitação continuar no alinhamento, iniciou-se o afastamento dos limites laterais do lote (REIS FILHO, 1970).

Em um 1º momento, ocorreu o afastamento discreto em uma das laterais, com a entrada (acesso) ocorrendo por esta lateral.

Em um 2º momento, o afastamento lateral começou a aumentar, propiciando a implantação de pequena varanda/alpendre, geralmente metálico, e de jardim lateral, com cerca metálica no alinhamento.

Em um 3º momento, as varandas/alpendres evoluíram em habitações maiores, consideradas mais ricas, desenvolvendo-se ao longo de toda lateral.

Em um 4º momento, o afastamento também começou a ocorrer na lateral oposta à entrada principal, notadamente em habitações maiores. Foi neste segundo afastamento lateral, inicialmente formado por corredor estreito, que ascendeu o segundo acesso à habitação, usualmente, vinculado à entrada de serviço.

Desse modo, com o afastamento da edificação dos limites laterais do terreno, estava decretado o fim das alcovas. Vale destacar que o fim das alcovas também ocorreu em habitações menores, geralmente em terrenos de menor testada, com a implantação de pequenos pátios (poços) para a iluminação e ventilação direta dos dormitórios.

E, finalmente, em um 5º momento, ocorreu o recuo das vias públicas, principalmente em habitações maiores, destacando vazios próximos ao alinhamento e a ascensão do jardim frontal. Como em uma ilha, a edificação estava liberta dos limites do terreno, possibilitando a ascensão da tipologia denominada chalé, a partir do final do século XIX/início do século XX. Assim, isolado no centro do terreno e com a cumeeira disposta perpendicularmente à testada, as águas pluviais começaram a ser direcionadas para as laterais do terreno, também rompendo com a velha solução colonial.

Foi junto à ascensão dos chalés que ocorreu a introdução de produtos industrializados na construção civil brasileira, intensificando-se a utilização de tijolos cerâmicos (secos em olarias), de tesoura francesa (permite diminuição da espessura de paredes, concentrando os esforços dos telhados) e de madeira serrada (melhor acabamento). Essas melhorias possibilitaram a incorporação de mais elementos construtivos às fachadas, como frontão (influência neoclássica), lambrequins no telhado (ornamento e acabamento dos beirais) e óculos para ventilação do forro (conforto térmico) (REIS FILHO, 1970).

Arquitetura de ferro e vidro

Fruto das inovações tecnológicas do século XIX, o uso do ferro como material construtivo proporcionou a reprodução de qualquer estilo arquitetônico (com elegância e leveza jamais visto antes), além da elaboração de componentes (grande quantidade de componentes arquitetônicos de catálogo), mobilidade (edifícios pré-fabricados em ferro poderiam ser montados e desmontados), provisoriedade (construção poderia ter vida curta, caráter de abrigo provisório, como o exemplo dos pavilhões das feiras internacionais), transparência e leveza (reduzida seção de perfis de ferro e combinação com vidro) (GOMES DA SILVA, 1987).

Essas inovações proporcionaram avanços na construção de novas tipologias arquitetônicas como, por exemplo, fábricas, galerias e coretos, estufas e pavilhões de exposição, estações ferroviárias e mercados públicos.

Diante desse contexto, é importante frisar que até o início do século XIX, a sociedade agrária brasileira não sentia grande necessidade do ferro, excetuando-se as ferramentas para cultivo da terra, equipamentos para engenhos de açúcar e componentes arquiteturais.

A partir de meados do século XIX, com o avanço do ciclo do café, houve necessidade de trazer esse produto até o litoral para sua exportação. O escoamento da produção até os portos ocorreu através das ferrovias, com o conseqüente aumento do consumo de ferro no Brasil. Com a ascensão do ciclo do café verificou-se, concomitantemente, a ascensão de São Paulo, que passou a ser o ponto de convergência das ferrovias, antes de alcançar os portos. Aliado a isso, ocorreu a vinda de imigrantes para trabalhar no cultivo do café e no desenvolvimento das indústrias, impulsionando o crescimento de São Paulo.

Assim, o auge do ciclo do café é representado pela Estação Ferroviária da Luz, construída no início do século XX, e pela Avenida Paulista, aberta no final do século XIX, onde foram construídas mansões da elite, dos imigrantes mais abastados e dos barões do café (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011).

Vale destacar que o rápido crescimento de São Paulo começou no último quarto do século XIX, quando tinha cerca de 23.000 habitantes. A partir daí, desenvolveu-se em cidade de primeira grandeza, configurando uma região metropolitana com quase 22 milhões de habitantes em 2020, ainda que de urbanização deficiente e com escassez crônica de infraestrutura (IBGE, 2019; MATOS, 1955).

Art Nouveau, Neocolonial e Art Déco

Dentre as mansões mais representativas, vale destacar a Vila Penteadado, localizada na Rua Maranhão, em Higienópolis, e construída no início do século XX, sendo um dos últimos edifícios remanescentes em Art Nouveau de São Paulo. Considerada uma arte exótica, importada da Europa, a Art Nouveau ascendeu devido à prosperidade econômica de São Paulo, em um momento que se buscava a ruptura com o tradicional, notadamente através da busca de inspiração na natureza, com a utilização de motivos florais, animais e da linha curva (BRUAND, 1997).

Assim como a Art Nouveau, a arquitetura Neocolonial ascendeu como um contraponto ao Ecletismo dominante na segunda metade do século XIX e início do século XX, propondo uma arquitetura de cunho nacional, amarrada ao Brasil colonial, distanciando-se da cópia despropositiva de modelos europeus. O Palacete Numa de Oliveira, da década de 1910, localizado na Avenida Paulista, é um dos exemplares residenciais mais representativos, com a utilização de elementos coloniais em pleno século XX.

Nessa mesma linha, de ruptura com a tradição, ascende a Art Déco, que apesar da origem francesa, afirmou-se em terras brasileiras com os princípios de simplificação formal, rigor geométrico (geometrização de elementos arquitetônicos) e da predominância da linha reta vertical, aproximando-se dos valores das vanguardas modernistas europeias. O Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, e o Elevador Lacerda, em Salvador, são exemplares que consolidaram os princípios da Art Déco no Brasil.

Além disso, é importante destacar que tanto o Neoclassicismo, vinculado à primeira metade do século XIX, como o Ecletismo, vinculado na segunda metade do século XIX, coexistiram e conviveram com algumas manifestações isoladas de uma arquitetura rotulada como proto-racionalista, forjando uma transição entre a reutilização do vocabulário formal do passado e o radicalismo racionalista revolucionário (modernismo).

É neste rótulo de proto-racionalismo, nas primeiras décadas do século XX, que podemos amarrar, a Art Nouveau, a arquitetura Neocolonial e a Art Déco, que apesar da influência europeia, começava a avançar em uma arquitetura de cunho nacionalista, menos dependente da cópia despropositiva de modelos do exterior (BRUAND, 1997).

Prova 1

Quanto à prova 1, esta foi aplicada de forma presencial, individual e sem consulta, englobando questões objetivas, podendo ser de múltipla escolha, análise de sentenças, verdadeiro ou falso, além de questões discursivas, procurando apresentar ao acadêmico uma realidade de avaliação comumente explorada em concursos públicos e ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Assim, a finalização da primeira metade do semestre ocorreu com a realização da prova 1 (UNIDANTE, 2019a e 2019b).

Segunda metade do semestre

Na segunda metade do semestre, como já evidenciado anteriormente, foi trabalhada a Semana de Arte Moderna de 1922, ascensão do modernismo, primeira casa modernista, sede do Ministério da Educação e Saúde, conjunto da Pampulha, Brasília (BARCELLOS, 2012; BRUAND, 1997), Lúcio Costa (COSTA, 2020), Oscar Niemeyer (A VIDA, 2007; NIEMEYER, 2020), principais arquitetos modernistas e obras (ARTIGAS, 2020; BARDI, 2020; LEMBRANÇAS, 2005; LEVI, 2020; MARX, 2020; REIDY, 2020), e principais arquitetos contemporâneos e obras (BRASIL ARQUITETURA, 2020; CAU/BR, 2015; KOGAN, 2020; LIMA, 2020; MAIA, 2020; OHTAKE, 2020; PORTO, 2020a; PORTO, 2020b; ROCHA, 2020; WEINFELD, 2020), proporcionando um panorama geral da arquitetura brasileira nos séculos XX e XXI.

A Semana de Arte Moderna de 1922 e a Primeira Casa Modernista

A SAM de 1922 foi o resultado da evolução do pensamento de alguns grupos intelectuais brasileiros, principalmente paulista, que pretendiam a ruptura com o passado e a independência cultural frente à Europa, especialmente Portugal e França (BRUAND, 1997).

O evento, que ocorreu de 13 a 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, foi uma exposição de pinturas e esculturas, palestras, sessão de leituras poéticas e apresentações musicais que serviu como manifestação de protesto, de desafio à opinião pública, revelando um espírito de luta contra o marasmo cultural, contra a aceitação incondicional dos valores estabelecidos.

É dentro desse contexto que ascendem os artistas e suas produções nas áreas da literatura, pintura, escultura e composição, não ocorrendo influência direta sobre a arquitetura. O mérito de concretizar esta influência na arquitetura, no final da década de 1920, coube a um jovem arquiteto vindo da Europa, Gregori Warchavchik.

Foi este arquiteto, de origem ucraniana, que escreveu o primeiro manifesto da arquitetura modernista brasileira, *Acerca da Arquitetura Moderna*, publicado em jornal em 1925. É também de sua autoria o projeto daquela que é considerada a primeira residência modernista do Brasil, de 1927-28, localizada na Rua Santa Cruz, Vila Mariana, em São Paulo (SP), em que Warchavchik consolida os valores do modernismo europeu às peculiaridades do Brasil (BRUAND, 1997).

A ascensão do Modernismo no Brasil: Lúcio Costa e Oscar Niemeyer

No que se refere à ascensão do modernismo no Brasil, vale destacar o edifício sede do Ministério da Educação e Saúde, no Rio Janeiro (RJ), projetado em 1936 (e concluído em 1946) por uma equipe liderada por Lúcio Costa, contando com Oscar Niemeyer como participante e Le Corbusier como consultor. É nesta obra que os famosos cinco pontos da nova arquitetura (pilotis, planta livre, fachada livre, janelas em fita e teto-jardim), desenvolvidos por Le Corbusier, são consolidados nesse que é o marco fundamental do modernismo em nosso país, elevando a arquitetura brasileira em nível mundial (BRUAND, 1997).

A partir da década de 1940, merece destaque o papel fundamental de Lúcio Costa, considerado o grande teórico do movimento moderno brasileiro, adaptando os princípios do modernismo radical europeu às necessidades locais, mesclando tradição e modernidade em sua obra. Isto pode ser observado em uma série de residências unifamiliares, no Park Hotel São Clemente e no Parque Guinle (edifícios residenciais multifamiliares).

É também dessa mesma década uma representativa obra de Oscar Niemeyer, o Grande Hotel Ouro Preto, em Ouro Preto (MG), em que elementos característicos do modernismo são explorados com intensidade, sem esquecer o contexto em que o edifício está inserido.

Além disso, é importante explorar o Conjunto da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), também de autoria de Oscar Niemeyer, com destaque para o cassino, iate clube, salão de baile e igreja, onde os princípios da arquitetura de Niemeyer se desenvolvem e catapultam seu nome em nível internacional. Este conjunto, requerido pelo então prefeito Juscelino Kubitschek, foi, segundo palavras do próprio Niemeyer, o princípio de Brasília (A VIDA, 2007). Foi nessa obra que a relação entre prefeito e arquiteto se formou, rendendo frutos posteriores, na década de 1950, quando Kubitschek assumiu a Presidência da República e pôs em prática a construção da nova capital nacional (BRUAND, 1997).

Brasília

Sobre Brasília, é explorado seu plano piloto, resultado de concurso vencido por Lúcio Costa, destacando o que chamou de Superquadras e a ideia de Unidade de Vizinhança (BARCELLOS, 2012), desenvolvidas ao longo do eixo Norte-Sul (Asas Norte e Sul), onde se localizam as comunidades residenciais da capital federal (BRUAND, 1997).

Ainda sobre o plano piloto, é destacado o uso da escala monumental, da escala do deslocamento por automóvel nos grandes eixos viários, e do uso da escala humana, da escala do deslocamento a pé nas comunidades residenciais.

É em Brasília, então, que Niemeyer atinge o apogeu de sua produção arquitetônica, notadamente em edificações de uso institucional, lapidando seus princípios (recusa por preocupações de ordem social, rejeição do tradicionalismo e valorização da arquitetura como arte plástica), suas pesquisas estruturais (pilotis, arcos, abóbadas, rampas) e explorando a forma livre (BRUAND, 1997).

Vídeo da segunda metade do semestre

Como forma de revisitar o conteúdo explorado até o momento, trabalhou-se com o vídeo A vida é um sopro (A VIDA, 2007), com cerca de 90 minutos de duração, sobre a biografia e a produção arquitetônica de Oscar Niemeyer. Este vídeo reforça alguns aspectos trabalhados em sala de aula e desenvolve outros, possibilitando o conhecimento das suas obras mais significativas, desde os primeiros trabalhos até a consagração em nível internacional. Após o vídeo, com reflexão em nível coletivo e procurando envolver todos os acadêmicos, avançou-se para o trabalho 2.

Trabalho 2

O trabalho 2, em equipe, é uma apresentação de estudo de caso. Por estudo de caso, entende-se a contextualização, análise e crítica de obras e projetos significativos relacionados a um determinado tema arquitetônico, de maneira a explorar e reconhecer as decisões adotadas pelos autores, chegando à compreensão da composição arquitetônica (forma, função, estrutura, tecnologia etc.) e ao estabelecimento de um repertório de possibilidades relacionadas a determinado tema. Daí ascende a sua importância, auxiliando na compreensão das decisões tomadas pelo projetista e do estudo de caso como parte de um raciocínio teórico (BOAVENTURA, 2012).

Como já evidenciado, esses três aspectos auxiliam no desenvolvimento de um repertório de possibilidades e, conseqüentemente, da criatividade do acadêmico. Assim, a compreensão daquilo que já foi projetado no passado e presente, através do estudo de caso, é fundamental para avançar em termos de proposta arquitetônica.

Dentro desse contexto, cada equipe deve desenvolver conteúdo em arquivo digital, com extensão PPT ou PDF, a ser apresentado com auxílio de projetor multimídia, com ordem de apresentação e escolha de arquiteto definido por sorteio.

Como critérios de avaliação, considera-se a qualidade do arquivo digital (formatação e programação visual), capacidade de expressão oral (com ou sem apoio de texto), capacidade de contextualizar, analisar e criticar, e tempo de apresentação (10 minutos por equipe).

Com cerca de 52 acadêmicos em turma, o docente definiu 13 arquitetos a serem explorados nas apresentações, gerando 13 equipes com quatro integrantes cada. A formação das equipes foi espontânea, sem a participação do docente. Com as equipes formadas, a ordem de apresentação e escolha de arquiteto ocorreu por sorteio.

Assim, a ordem do sorteio definia a ordem de apresentação que, de acordo com o cronograma da disciplina, deveria ocorrer em dois encontros. Conforme as equipes eram sorteadas, cada qual escolhia o arquiteto a ser trabalhado em estudo de caso, dentre o montante de 13 possibilidades definidas pelo docente.

Após a definição de data de apresentação e do arquiteto, cada equipe desenvolveu uma apresentação, contento as três partes indissociáveis de um estudo de caso: contextualização, análise e crítica. Na contextualização, deveria ser explorada a biografia e a produção arquitetônica, evidenciando as obras relevantes. Na análise e crítica, deveria ser escolhida uma obra significativa desse arquiteto, partindo para sua caracterização e avaliação.

A definição dos arquitetos, pelo docente, considerou a representatividade de diversos segmentos da arquitetura, apesar de cada equipe ter livre arbítrio na escolha da obra a ser analisada e criticada. Assim, os arquitetos disponíveis foram os seguintes:

- Affonso Reidy (REIDY, 2020), Lina Bo Bardi (BARDI, 2020), Rino Levi (LEVI, 2020) e Vilanova Artigas (ARTIGAS, 2020), representando a vertente modernista;
- Éolo Maia (MAIA, 2020), representando a vertente pós-modernista (obra sem contexto com o lugar);
- Isay Weinfeld (WEINFELD, 2020) e Marcio Kogan (KOGAN, 2020), representando a vertente do atual mercado de luxo.
- João Filgueiras Lima (Lelé) (LIMA, 2020), representando a vertente do tema hospitalar (saúde);
- Marcelo Carvalho Ferraz (BRASIL ARQUITETURA, 2020), representando a vertente de preservação do patrimônio edificado;
- Paulo Mendes da Rocha (ROCHA, 2020), representando o reconhecimento da arquitetura brasileira em nível internacional;
- Ruy Ohtake (OHTAKE, 2020), representando a vertente escultórica (arquitetura como obra de arte);
- Severiano Mario Porto (PORTO, 2020a), representando a vertente regionalista (obra contextualizada com o lugar);
- Sidônio Porto (PORTO, 2020b), representando a vertente do tema industrial.

Independente do arquiteto e da obra escolhida, o importante para o docente é o desenvolvimento da capacidade de contextualizar, analisar e criticar, exercitando habilidades importantes para a formação profissional de cada integrante das equipes, especialmente o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe.

Prova 2

Assim como na prova 1, a prova 2 foi aplicada de forma presencial, individual e sem consulta, englobando questões objetivas de múltipla escolha, análise de sentenças, verdadeiro ou falso, além de questões discursivas, procurando apresentar ao acadêmico uma realidade de avaliação comumente explorada em concursos públicos e ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Desse modo, a finalização da segunda metade do semestre e, conseqüentemente, do semestre regular, ocorreu com a realização da prova 2 (UNIDANTE, 2019a e 2019b).

Considerações finais

Diante da proposta em aplicar a disciplina com foco em habilidades e competências voltadas ao perfil profissional, principalmente nos trabalhos 1 e 2 (em equipe), considerou-se que os resultados alcançaram as expectativas do docente. Além de reflexão sobre traçado urbano/malha urbana, com ênfase na primeira metade do semestre, e de apresentação de estudo de caso, com ênfase na segunda metade do semestre, o docente optou em intensificar as relações sociais entre os acadêmicos no momento aula, priorizando as atividades presenciais na instituição.

Isto pôde ser observado na produção acadêmica relativa aos trabalhos 1 (análise crítica envolvendo valores do traçado urbano ortogonal – regular, reticulado ou em grelha – e do traçado urbano orgânico – irregular) e 2 (estudo de caso envolvendo arquitetos e obras relevantes dos séculos XX e XXI), possibilitando que o acadêmico desenvolvesse o poder de argumentação, consenso e síntese.

Portanto, com os trabalhos, além das reflexões oriundas dos vídeos trabalhados em sala de aula, pretendeu-se que o ato de socializar, de trocar informações entre seus pares, extrapole a condição de avaliação, almejando uma situação comumente observada na rotina profissional de arquiteto e urbanista: trabalho em equipe.

Referências

A VIDA é um sopro. Direção de Fabiano Maciel. Brasil: Europa Filmes, 2007. 90 min. 1 DVD. (documentário sobre Oscar Niemeyer). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CASrRa7B6-c>. Acesso em: 29 jun. 2020.

AO REDOR do Brasil. Direção de Luiz Thomaz Reis. Brasil, 1932. 71 min. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=f-6i1ZamaBo>. Acesso em: 29 jun. 2020. (trecho referente ao Real Forte Príncipe da Beira).

AS FORTIFICAÇÕES da ilha de Santa Catarina. Projeto Fortalezas Multimídia. Direção de Tatiana Kviatkoski. Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. 24 minutos. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=EY-8kJ4vzMI> (parte 1),

<https://www.youtube.com/watch?v=O115petZCy8> (parte 2),

<https://www.youtube.com/watch?v=nkEBoELBmkw> (parte 3). Acesso em: 29 jun. 2020.

ARTIGAS, Vilanova. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa13159/vilanova-artigas>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

BARCELLOS, V. Q. **Unidade de vizinhança**: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/download/6449/4758/16178>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BARDI, L. B. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1646/lina-bo-bardi>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

BOAVENTURA, D. M. R. **Análise dos projetos**: arquitetônico/ urbano. Guia para estudo do projeto e estudos de caso. Slides da disciplina Teoria e História da Arquitetura V. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9333326-05-09-12-analise-dos-projetos-arquitetonico-urbano-guia-para-estudo-do-projeto-e-estudos-de-caso.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL ARQUITETURA. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao112963/brasil-arquitetura>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997 (original em português, de 1981).

CARLOTA, J. **Princesa do Brasil**. Direção de Carla Camurati. Brasil: Warner Bros. Pictures, 1995. 100 min. 1 DVD.

CARVALHO, A. *et al.* **Arquitetura religiosa**. São Paulo: FAU-USP/ MEC-IPHAN, 1978.

CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). **Especial: Severiano Porto, 85 anos, o “arquiteto da Amazônia”**. 25 fev. 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/severiano-porto-85-anos/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COLIN, S. **Técnicas construtivas do período colonial**. Betim: Instituto Histórico IMPHIC – Betim, 2011. Disponível em: <https://imphic.ning.com/group/historiacolonial/forum/topics/arquitetura-colonial>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COLIN, S. (2010a). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – I**. 6 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COLIN, S. (2010b). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – II**. 6 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-ii/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COLIN, S. (2010c). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – III**. 6 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-iii/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COLIN, S. (2010d). **Técnicas construtivas do Brasil colonial – IV**. 6 set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-%E2%80%93-iv/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COSTA, A. *et al.* Património Cultural. Direção-Geral do Património Cultural. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. **Núcleo urbano da cidade de Elvas**. Portugal, 2008. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=1839. Acesso em: 29 jun. 2020.

COSTA, L. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

GOMES DA SILVA, G. **Arquitetura do ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1987.

HANS S. Direção de Luiz Alberto Pereira. Brasil/ Portugal: RioFilme, 1999. 92 min. 1 DVD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aE8rz6AzWO8>. Acesso em: 29 jun. 2020.

IBGE. Agência de notícias. **Estimativas da população de regiões metropolitanas para 2019**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d3787c892b0eb593fd84aa761f97934.xlsx. Acesso em: 29 jun. 2020.

KOGAN, M. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa105202/marcio-kogan>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

LEMBRANÇAS do futuro. Direção de Ana Maria Magalhães. Brasil, 2005. 120 min. (documentário sobre Affonso Eduardo Reidy). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f6HQOEDArQM>. Acesso em: 29 jun. 2020.

LEVI, R. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa351575/rino-levi>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

LIMA, J. F. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18200/joao-filgueiras-lima>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

MAIA, É. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa245489/eolo-maia>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

MARQUESE, R. de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista** [...], São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, jan./ jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n1/v18n1a04.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARX, B. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1461/burle-marx>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

MATOS, O. N. de. A cidade de São Paulo no século XIX. *Revista de História*, São Paulo, v. 10, n. 21-22, p. 89-125, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36444/39167>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MENDES, C.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MENDES, C.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de D. João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MONTEZUMA, R. (org.). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Uma invenção recíproca. Recife: UFPE, 2002, v.1.

MOUTINHO, M. **A arquitetura popular portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979.

NIEMEYER, O. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa431/oscar-niemeyer>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

NOVAES, A. **A paisagem da fazenda cafeeira através da iconografia no século XIX**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 2009. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/25_adriano-novaes.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

OHTAKE, R. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa200341/ruy-ohtake>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

PAULERT, R. **Uso de elementos vazados na arquitetura: estudo de três obras educacionais contemporâneas**. 2012. 134 p. Dissertação (Mestrado em Construção Civil) – Programa de Pós-Graduação em Construção Civil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27454/R%20-%20D%20-%20PAULERT,%20RENATA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PEREIRA, A. L. T. **Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII**. 2000. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278661>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PEREIRA, L. de S. **Ouro Preto e a estética do labirinto**. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2011. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/92/1/Larissa%20de%20Souza%20Pereira.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PORTO, S. (2020a). *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa479506/severiano-porto>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

PORTO, S. (2020b). **Sidônio Porto Arquitetos Associados**. Disponível em: <https://www.sidonioporto.com.br/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

REIDY, A. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa248693/afonso-eduardo-reidy>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ROCHA, P. M. da. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20547/paulo-mendes-da-rocha>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

RTP Notícias. **As Maravilhas de Portugal no Mundo**. Colónia do Sacramento. Uruguai. 21 jul. 2009. Portugal: RTP, 2009. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=oXjuI0d1Cso#! Acesso em: 29 jun. 2020.

SOUZA, H. M. P. de. O conforto ambiental na arquitetura colonial brasileira: heranças muçulmanas. **Architecton Revista de Arquitetura e Urbanismo**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 41-54, 2012. Disponível em: <http://faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/arquitetura/article/download/336/319/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

UNIDANTE. Curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo. **Cronograma da disciplina de Arquitetura Brasileira**. Blumenau. 2. sem. 2019a.

UNIDANTE. Curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo. **Plano de ensino da disciplina de Arquitetura Brasileira**. Blumenau. 2. sem. 2019b.

UNIDANTE. Curso de bacharelado em arquitetura e urbanismo. Núcleo docente estruturante - NDE. **Projeto pedagógico do curso – PPC**. Blumenau. 2. sem. 2019c.

VAUBAN, S. L. P. de. *In: FORTALEZAS.ORG. Projeto Fortalezas Multimídia*. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem&id_pessoa=326. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete de Personagens.

WEINFELD, I. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa263205/isay-weinfeld>. Acesso em: 29 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.